

QUANDO FALAMOS DE FAMÍLIA, DE QUE FAMÍLIA ESTAMOS FALANDO?*

Vânia Salles**

Através da recuperação de literatura relativa à variedade de formas familiares de convivência e a multiplicidade de relações produzidas e reproduzidas neste espaço, o artigo indica uma ruptura com paradigmas que hegemonizam o âmbito restrito da ação familiar e produtiva do campesinato, incursionando em visões alternativas de caráter multifacetário, que privilegiam modalidades internas de interação numa perspectiva relacional (rede de parentesco entre gerações e pessoas de diferentes gêneros) remetendo estas redes à comunidade, vista como espaço analítico que integra o âmbito econômico e as dimensões sócio-culturais que afetam os modelos familiares e a emergência dos novos arranjos sociais.

I

Na análise da família camponesa, tem-se enfatizado os elementos que valorizam as atividades de produção e consumo, os quais aparecem como eixos ordenadores tanto de trabalhos empíricos como dos elementos teóricos e analíticos a eles vinculados. Este enfoque reveste-se da maior relevância, pois, além de ter funcionado como pauta orientadora de inúmeros estudos agrários no México, dá conta da importância do trabalho realizado pelo grupo doméstico sobre a parcela de terra em posse (ou propriedade) do camponês. Este tipo de perspectiva reforça, exatamente, a idéia da existência e contemporaneidade de famílias que não perderam as funções econômicas, mas que, pelo contrário, têm nestas funções o fundamento gerador de certas relações organizadoras dos laços familiares.

Nota da Editora: Publicado originalmente na *Revista Nueva Antropología* (v.11, nº 39, México, 1991: 53/82) e traduzido com autorização especial da autora, a quem o Conselho Editorial do CRH agradece.

* Borsotti (1984) formulou esta pergunta, num estilo diferente, embora obedeça à mesma inquietude contida no presente trabalho.

** Professor do El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos. Gostaria de agradecer a Martha Ramirez, bolsista de investigação do CES a colaboração realizada durante a elaboração do presente trabalho.

Agradeço a Mário Bronfman, Fernando Corrêa, Soledad González Montes, Sara Lara, Orlandina de Oliveira, Néida Perona, Florinda Riquer, José Manuel Valenzuela, pela leitura da primeira versão e pelos comentários realizados. Agradeço a Silvia Gómez Tagle que me convidou a participar da reunião de Nova Antropología (20 e 21 de setembro de 1990), onde apresentei este trabalho.

O destaque dado a estes fenômenos - a vinculação dos trabalhadores diretos com seus meios de produção e a organização do trabalho baseado no aproveitamento da força de trabalho familiar - permite aludir (e, ao mesmo tempo, criticar) às posturas relativas a um evolucionismo interpretativo. Estas abordagens postulam uma espécie de homogeneização das relações sociais (no caso das famílias), que se dariam com base em algumas características que demonstraram ser apenas tendenciais nos contextos dominados pela lógica do desenvolvimento urbano-industrial, e que, ao contrário, foram tomadas não como uma possibilidade, mas como um caminho definitivo, que acaba por ocultar a heterogeneidade dos modelos familiares. Esta heterogeneidade sobrevive, com mais ou menos força em certos setores, cabendo ao cientista perguntar-se sobre as modalidades assumidas por esta persistência.

É dentro desse quadro que atuam elementos distintos que não se enquadram exclusivamente nas funções imediatamente econômicas cumpridas pela família (ainda que estas sejam fundamentais). O próprio delineamento das estratégias de sobrevivência, por exemplo, envolve evidentemente uma matriz econômica, sem se esgotar nela. Na realidade, a família camponesa para se reproduzir tem, necessariamente, que produzir e consumir não só produtos em seu sentido restrito, mas, também, meios de vida em seu sentido amplo, incluindo nestes, os de natureza cultural e simbólica.

Dentro desta perspectiva, que busca estudar (da forma como muitas outras investigações já o fizeram) as relações familiares dos grupos camponeses, observa-se que tanto o exame do parentesco e das redes de convivência, como a constituição de identidades (culturais, de gênero etc.) encontram um quadro explicativo mais extenso. Este é dado pela comunidade de pertencimento da família e pelo tipo de inserção da comunidade/ejido* camponês no elenco con-textual da cultura, das formas de viver e exercer a política, que circulam, por exemplo, em termos macro-sociais ao nível de comunidades mais amplas, como a nacional ou a estrangeira, no caso dos camponeses migrantes temporários para o norte.

As relações familiares estão, assim, permeadas por normas, valores, percepções, vinculadas a símbolos e representações que, na realidade, circulam e se interrelacionam, tanto ao nível da morada camponesa, como ao nível da comunidade. Embora família e comunidade (imediate e mediatamente vivenciadas) não sejam realidades redutíveis entre si, existe uma mútua influência entre elas muitas vezes enigmática.

Este artigo busca estudar as formas emergentes de conceituação da família que, ao privilegiar modalidades internas de interação,

* **Ejido = terreno situado à entrada de uma aldeia ou povoado, comum aos seus habitantes. (N.T.)**

reivindicam uma perspectiva relacional para analisar vínculos de diferente natureza, estabelecidos no marco familiar (incluindo as redes de parentesco), entre gerações e pessoas de diferentes gêneros. Como as famílias/grupos domésticos camponeses têm um estilo de convivência cotidiana que ultrapassa o âmbito mais restrito da ação familiar e produtiva (a casa, a parcela), optei, então, por remeter suas redes de relações principalmente ao nível da comunidade, a qual se constitui no espaço analítico obrigatório para os estudos que, sem descartar questões econômicas, outorgam importância aos aspectos sócio-culturais.

O desejo de estudar a família camponesa com um enfoque mais amplo, que avance para além das funções de produção e consumo, levou-me a investigar uma literatura diversificada sobre a família¹.

Esta revisão é fundamental para contextualizar o espectro mais extenso das relações familiares, as quais incorporam elementos que são também comuns às famílias camponesas. Exatamente por isto o texto se inicia com a discussão mais geral de diferentes realidades familiares, para se ocupar, em seguida, de aspectos mais específicos encontrados nas famílias camponesas.

Efetivamente, em sua segunda parte, o ensaio apresenta argumentos que sustentam a idéia da existência de uma multiplicidade de processos sociais que, ao mesmo tempo que incidem na formação das relações familiares e das instituições que os regem, são por elas influenciados. De modo breve e a título de ilustração dos enfoques que analisam a natureza das relações desenvolvidas no marco da família, faço alusões à psicanálise; à crítica feminista dos enfoques que explicam a formação dos gêneros feminino e masculino a partir de uma ótica masculina; e aos autores que privilegiam as análises de poder e de violência inseridos nas práticas de convivência e socialização, desenvolvidas nos contextos familiares. As reflexões sobre o funcionalismo e a crítica às suas posturas (incluindo argumentos da crítica feminista) servem de pano de fundo, não só para indicar a ruptura de paradigmas analíticos que hegemonizaram as percepções e estudos sobre a realidade familiar (como o funcionalismo), mas sobretudo para incursionar em visões alternativas sobre o caráter multifacetário dos modelos familiares, que envolvem a persistência de relações diferentes das que regulam a família nuclear e a emergência (e às vezes consolidação) de novos arranjos familiares. Isto se faz no marco do reconhecimento da inegável importância da família nuclear na sociedade atual.

Nos últimos tópicos proponho um quadro aproximativo da família camponesa, organizado a partir de algumas das perspectivas

¹ Esta investigação foi em parte realizada durante a preparação de um curso de teoria sociológica, realizado, conjuntamente, com Carlos Benedito Martins, no Mestrado do Depto. de Sociologia da Universidade de Brasília (julho/agosto 1990).

gerais examinadas nas etapas anteriores deste ensaio. Ao fazê-lo, no entanto, introduzo idéias que especificam aspectos particulares e pertinentes aos contextos agrários. Dado ao caráter reduzido do artigo, à abundância de investigações e teorizações sobre a família, assim como à impossibilidade de uma integração adequada de tantos aportes, é importante registrar que o texto, em seu conjunto, qualifica-se por um conteúdo *preliminar* e apenas *indicativo* de questões a serem posteriormente aprofundadas.

II

A variabilidade dos laços fundadores da família, inclusive a diversidade das funções sociais que a simbologia e os padrões organizadores do parentesco dão conta, exigem a ampliação dos estudos que questionam a existência de um modelo familiar único, *consolidado* no marco do desenvolvimento urbano/industrial e referido à família nuclear moderna. Utilizo o termo consolidação, pois nos diferentes momentos do desenvolvimento social abundam exemplos de famílias nucleares (segundo o indicam investigações de caráter histórico, como as de Laslett e Macfarlane, citadas por Le Bras, 1988), guardando vários de seus elementos definidores, evidentemente incorporados a universos simbólicos e institucionais muito distintos².

Efetivamente, a família nuclear, tal como se apresenta nas sociedades urbano-industriais da atualidade, tem vários antecedentes históricos. Entre eles cabe destacar o contexto cultural europeu/ocidental, marcado pelo desenvolvimento da concepção moderna da sociedade. Esta implica projetos modernizadores de índole diversa e também diferentes vivências da modernidade.

Tal concepção - que se gesta, toma contornos diversificados e modalidades desiguais de implantação, ao longo de alguns séculos remete mais que a uma referência geográfica³, a uma espécie de modelo civilizatório, no seio do qual se originam as condições e se garantem as possibilidades de desenvolvimento da visão burguesa do mundo e do capitalismo, no sentido amplo, entendido como uma forma de organização social (Marx e Engels, 1860).

Entre os vários fenômenos que influem na configuração cultural e ética de tal processo estão a paulatina racionalização de diversos âmbitos sociais (por exemplo, o econômico, o político) que

² Ver igualmente Tocqueville (1835).

³ Evidentemente a localização geográfica assume importância, pois não se pode desvincular os antecedentes culturais e tampouco a emergência do capitalismo e da sociedade burguesa, do espaço europeu.

vêm acompanhados de uma crescente secularização e uma valorização importante do saber científico (Weber, 1922). A conexão e a força transformadora, que implica a aparição destes fenômenos, produz contextos propícios, seja para a atualização, seja para a redefinição de formas de convivência humana, em termos de cultura, de religião, de instituições básicas (como por exemplo a família) bem como das diversas instâncias e sujeitos a ela vinculados.

O projeto moderno de sociedade, sobretudo em suas etapas posteriores à Revolução francesa (e sob o impacto da garantia dos vínculos entre diferentes modalidades de domínio e de formas de Estado e Governo, segundo os países), serve de marco para o desenvolvimento de alguns elementos organizadores da família, centrada no núcleo conjugal, que apesar de se contraporem a elementos básicos da família patriarcal convivem longo tempo com ela.

Este tipo de família, em sua modalidade moderna, é marcado igualmente pela ética das religiões que demonstraram ser dominantes na sociedade ocidental, acompanhando, em termos gerais, o desenvolvimento do pensamento judaico/cristão⁴.

O direito canônico, por exemplo (século XII), e, mais tarde, o Concílio de Trento (séc. XVI e início do XVII), apesar dos conteúdos específicos distintos, outorgam ao matrimônio e à procriação realizada em seu marco (como fundamentos da família) um significado e sentido moral exemplar que, além disso, funcionam paralelamente como códigos tendenciais de controle da sexualidade em geral (sobretudo da feminina). Estes valores familiares, a despeito da secularização do Estado e da relativa secularização da sociedade, são de grande importância, ainda em nossos dias⁵. Antecedentes de outra ordem foram amplamente estudados pela antropologia, mediante a observação de contextos atuais que guardam ainda elementos primitivos de organização de parentesco e das relações familiares.

O patrimônio cultural, religioso e ético que acompanhou a história desse tipo de família, agregada às mudanças introduzidas ao longo do seu processo de implantação em países como os nossos,

⁴ Para um conhecimento pontual de modelos familiares influenciados por éticas religiosas de outro tipo, como o muçulmano, por exemplo, veja-se Linton (1980) e Goode (1963). Para reflexões sobre as famílias tradicionais na China e os vínculos com o "ideal de família" criado pelo pensamento confuciano, veja-se Botton Beja e Cornejo Bustamante (1990: 33).

⁵ Em Horkheimer (1980) encontramos interessantes contribuições sobre o protestantismo e a constituição de padrões ideológicos organizadores das relações familiares; veja-se, também, Gugerli (1990). Sobre os processos de secularização, além dos textos clássicos de Weber, veja-se para o México e América Latina, respectivamente, Anne Staples (1986) e Gino Germani (1988).

com culturas anteriores, diferentes das do Ocidente, proporcionam aos estudos das relações familiares uma perspectiva de grande complexidade.

Esse processo de implantação é muito influenciado por padrões familiares correspondentes à família mediterrânea, mais especificamente a que se desenvolve em Portugal e Espanha; pelas variedades de relações encontradas nas famílias indígenas; pela posterior evolução das combinações entre modelos autônomos e modelos ocidentais nas sociedades coloniais e pós-coloniais (Leñero, 1976; veja-se nota 25).

A complexidade da família (aludida tangencialmente nos parágrafos anteriores) e a diversidade de relações familiares que sobrevivem em estado de convivência deve-se ao fato de que sua história e suas mudanças estiveram (e ainda estão) marcadas por diversos jogos de força, protagonizados em distintos âmbitos de constituição do social (político, cultural e outros). Portanto, seu ponto de referência mais amplo remete-se às relações recíprocas família/sociedade, vistas de uma perspectiva diacrônica e de mútuas transformações.

Em exemplos dados por Segalen (1981) relativos a diferentes análises de família (do ponto de vista histórico, da cultura, da etnologia etc.) destaca-se a importância de algumas hipóteses pouco convencionais. Estas se referem ao fato de que as transformações nas relações familiares ocorridas previamente à emergência do capitalismo industrial, possivelmente tenham facilitado, na Europa, o mencionado fenômeno. Ao mesmo tempo, outras hipóteses ressaltam o caráter simultâneo e não forçosamente *seqüencial* das transformações do conjunto unidade doméstica/unidade de produção, de caráter ainda agrário, sob o impacto de um mesmo contexto de mudanças sociais e culturais.

Neste sentido, e a partir de um enfoque construído há duas décadas por múltiplas disciplinas, busca-se matizar algumas interpretações (como veremos mais adiante) que vêem a família nuclear como um produto da sociedade urbano-industrial ou as que, ao assinalar suas características atuais e os espaços sociais que ocupa, os assimilam *exclusivamente* a especificidades criadas por situações contemporâneas. Estas últimas são relevantes e devem ser enfatizadas, mas num marco analítico que resgate as múltiplas interdependências dos tempos (passado/presente) sem menosprezar o peso e a força das situações mais recentes, sejam de ruptura, sejam de persistência (que, evidentemente, implicam atualizações) de padrões familiares previamente existentes.

Entre os *corpus* reflexivos que permitem re-pensar a família, cabe destacar a psicanálise que, com o aporte de Freud, em fins do século passado e início do atual, introduz uma verdadeira revolução na compreensão da sexualidade e sua implicação na formação tanto de identidades (como, por exemplo, a de gênero), como dos vín-

culos familiares. Um privilégio importante é atribuído aos sistemas de relação e, em seu interior, sobretudo à relação homem/mulher, e ao jogo relacionai que se origina desta, com respeito à formação dos filhos, ultrapassando as regras conscientes dos processos socializadores, para encontrar raízes nas relações não-conscientes entre mãe-filhos-filhas, pai-filhos-filhas. Ou seja, a investigação sobre aspectos vinculados com a natureza das relações familiares e com a formação das novas *gerações* encontra, assim, um componente adicional. Este vai além do marco da socialização, enquanto forma intencional e racional de transmissão de conhecimentos, cultura, etc, para se enraizar na constituição profunda de mulheres e homens (no sentido genérico e social), que se dá na rede familiar.

Tanto as reflexões de Freud como o resgate posteriormente realizado do contexto dos debates que as delimitam - ocorridos em fins da década de 20 e começo da década seguinte entre Freud e seus colegas psicanalistas (Rubin, 1986; Delgueil, 1989) - vão contribuir paulatinamente com o processo de complementar (a partir de uma visão relacionai, interna ao núcleo familiar), os eixos de estudo centrados sobretudo nas análises da família e do parentesco como instituição. Este processo foi também protagonizado por outras disciplinas e pensadores, como por exemplo, Lévi-Strauss (1963: 51), que afirma: "a essência do parentesco humano é exigir o estabelecimento de relações".

Num antigo trabalho, Lacan (1984: 12-13)⁶ para estudar a família, começa por caracterizá-la como um fato biológico que é inteligível em si, isolado da produção de "relações sociais" de "comportamentos adaptativos" de uma variedade infinita e de "cultura". Esta introduz uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica. É esta dimensão que dá especificidade à família humana⁷.

Com referência a Durkheim, de quem toma o conceito de família conjugai, a Rivers, a Malinowski e outros, Lacan (1984: 14) busca contextualizar a instituição familiar "como uma estrutura profundamente complexa" exatamente "porque o grupo reduzido que compõe a família moderna", mais que uma simplificação de outras estruturas, "representa uma contração". Ou seja, parecia que as relações estabelecidas perdem em diversificação (pois o número de

* Trata-se de um texto elaborado em 1938 a pedido de Henri Wallon, para uma enciclopédia francesa dedicada à vida mental, na qual se incluía um capítulo sobre a família.

⁷ Um destaque importante refere-se ao fato de que "entre os grupos humanos a família tem um papel primordial na transcrição da cultura. Apesar de que as tradições espirituais, a salvaguarda dos ritos e costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são disputadas por outros grupos sociais, a família prevalece na educação infantil, na repressão dos instintos, na aquisição da língua, exatamente denominada materna. Deste modo, a família preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico" (Lacan, 1984: 13-14) (Grifo meu).

peças que as representam, se reduz) para ganharem em intensidade, em complexidade. Estes dois últimos atributos, acredito, se fundamentam, também, no peso da questão *geracional*, pois com a *contração* da família e a conseqüente exclusão de parentes (incluídos nos modelos de família extensa) que absorviam aspectos das relações intergeracionais, a formação dos descendentes (no sentido amplo mencionado) se concentra, de maneira mais precisa, nas figuras do pai e da mãe.

A ênfase que desejo dar à dimensão sociológica da reflexão de Lacan⁸ sobre a família é que, a partir desta instância e das relações geradas no seu interior, começa a se estruturar uma série de elementos fundadores da individualidade e da identidade, em seus diferentes aspectos, incluindo o cultural, o de gênero etc. Evidentemente, não há que se perder de vista que estas identidades serão reforçadas ou modificadas em outros âmbitos produtores e reprodutores de relações sociais, que influenciam a formação (socialização) das pessoas.

Modalidades distintas de colocar os atributos "escondidos" do marco relacional familiar se encontram em Bourdieu, ao resgatar um componente não-consciente no desdobramento das práticas e na formação do *habitus* no ambiente familiar como, também, em Horkheimer com seu conceito de poder de sugestão (que veremos mais adiante).

As proposições da psicanálise são examinadas e às vezes resgatadas criticamente por um grande número de cientistas sociais (nestes casos, tais proposições são tomadas como uma espécie de hermenêutica) que procura entender os processos de constituição e reprodução da sociedade da ótica de agentes e protagonistas de tais processos⁹.

Entre essas análises, cabe destacar a de caráter feminista (quase sempre inseparável de estilos variados de militância) que combina a reflexão de especialistas, as psicanalistas e psicólogas feministas, com a crítica emergente de uma ampla gama de intelectuais que se movem no contexto de outras disciplinas.

Num marco que une o reconhecimento da importância da psicanálise¹⁰ com o questionamento das conseqüências teórico/filosófi-

⁸ Remeto-me a esta parte, pois sua problemática é facilmente apropriável, não obstante o texto conter valiosos avanços sobre as relações familiares como um campo indispensável para a reflexão e prática psicanalítica.

⁹ Para uma referência específica a Freud e à possível ampliação de sua contribuição à crítica da cultura, veja-se Córdova (1991: 2) "Psicanálise e crítica cultural". Veja-se, igualmente, Giddens (1989) e Bourdieu (1990). Este último nas reflexões sobre Lacan.

¹⁰ Rubin (1986: 118-119), por exemplo, afirma "a psicanálise descreve o resíduo que permanece nos indivíduos, do seu enfrentamento com as regras e normas da se-

cas sobre a percepção do sistema gênero/sexo, discute-se o contexto referencial vinculado ao discurso masculino.

Constituindo-se numa linha importante de desenvolvimento de Freud a Lacan - este discurso e suas ramificações posteriores, pensa a sexualidade feminina como subordinada "e constituída, num primeiro momento, sobre o modelo masculino, muito marcado pela inveja do pênis e a supremacia do falo, organizador do discurso inconsciente" (Delgueil, 1989: 317).

Visões questionadoras e propositivas de novas idéias sobre a sexualidade feminina surgem no próprio início da psicanálise (Ernest Jones, K. Horney, Hellen Deutsch, M. Klein, citadas por Rubin, 1986 e Delgueil, 1989) avançando com precisões sobre a identidade feminina, elaboradas pela psicanálise, em geral, e pela escola lacaniana, em particular, apesar dos longos momentos de silêncio (Delgueil, 1989).

Esta reflexão, de caráter mais recente, articula-se com as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise, produzidas ao final do século XX e enquadradas no que poderíamos chamar a ruptura dos grandes paradigmas teórico-interpretativos¹¹. Apesar da crítica à psicanálise não ser redutível a tais preocupações, creio indispensável ter presente o papel que os estudos sobre o gênero passam a cumprir, tanto no plano desta crítica, como sobre algumas teorias da família, já consagradas no âmbito de várias disciplinas, dentre elas a sociologia de corte funcionalista. Esta torna-se hegemônica, passando a influenciar, de forma explícita ou de modo latente, um extenso conjunto de investigações empíricas, teorizações e, ainda, várias percepções sobre a realidade familiar.

Com efeito, a família constitui um eixo fundamental da reflexão parsoniana, que abre uma linha importante de estudo, na qual a problemática da socialização e das relações intra-familiares ganham centralidade proporcionando, assim, um espaço de reflexão, em particular, sobre a *questão geracional*. Parsons aprofunda interpretações anteriormente produzidas no âmbito da sociologia clássica e redefine várias idéias sobre a família (à sua maneira e em fun-

sexualidade nas sociedades em que nascem (...) a psicanálise contém um conjunto de conceitos que é único para compreensão dos homens, das mulheres e da sexualidade (...) é uma teoria da sexualidade humana". Delgueil (1989: 329) depois dos enunciados críticos que marcam seu texto, assinala que "devemos uma homenagem a Freud". Freidan (1974) igualmente contextualiza e valoriza a contribuição psicanalítica, no âmbito de um discurso crítico.

¹¹Esta questão é abordada na recente reflexão sobre pós-modernidade. Para uma aproximação da perspectiva de alguns autores, veja-se Salles (1990). Para uma revisão do conceito de gênero, veja-se Lamas (1986), que dá ênfase a uma maior importância dos estudos de gênero, na década de 80.

ção de uma realidade distinta à dos clássicos), integrando-as na explicação funcionalista da produção e reprodução da sociedade. Outros avanços, neste sentido, estão no trabalho de Merton (1978) e, igualmente, no de Linton (1978). Este último autor, ao se ocupar da família moderna no contexto norte-americano, privilegia as relações interindividuais do casal de uma ótica mais psicológica, trabalhando, igualmente, questões referidas ao amor romântico, além de estabelecer uma perspectiva comparativa com outras realidades, sobretudo com a européia.

Parsons (1980: 43 e 45), referindo-se a um país específico e a um período particular (Estados Unidos entre as décadas de 30 e 50), assume a idéia de que a "família norte-americana tem experimentado um profundo processo de mudança". Com análises de problemáticas que indicam a emergência de uma nova cultura, deteve-se no estudo das rupturas e continuidades do matrimônio (ocupando-se, neste sentido, das variações nos divórcios), nas mudanças que afetam a antiga moralidade sexual, nas transformações que ocorrem no comportamento reprodutivo, incidindo sobre as flutuações nas taxas de natalidade, para demonstrar o argumento-chave da sua exposição. Parsons sustenta a inviabilidade das interpretações que indicam a existência de uma espécie de desorganização absoluta da instituição familiar nos Estados Unidos (baseadas exatamente nas taxas de divórcio e em outros indicadores) e propõe uma alternativa analítica que conclui sobre a existência de "um processo de ajuste, mais que a continuação da tendência à desorganização."

Esta conclusão vincula-se com a importância dada à socialização. O processo de ajuste pareceria corresponder às necessidades funcionais do sistema (no caso, a sociedade norte-americana) que, marcado por imperativos derivados da lógica da industrialização/modernização, imprime uma ótica própria ao funcionamento da estrutura ocupacional. Esta incide não somente nas questões referidas à mobilidade social (portanto, na fixação das classes sociais) e nas possibilidades de construir as bases do prestígio (tanto individual como familiar), como também nos eixos organizadores das relações internas da família. As relações familiares, além de se basearem numa rígida divisão sexual do trabalho, que privilegia a estrita separação entre tarefas públicas (as do homem) e tarefas privadas (as da mulher) tendem a estar tecidas sobre a figura da mãe, em torno da qual se constroem as tarefas básicas de socialização da prole.

A inexistência - ou débil presença - de redes de relações familiares entre as famílias nucleares formadas por esposo-esposa-fi-lhos, que vivem independentes de suas famílias de origem, permite que estas famílias, denominadas *nucleares isoladas*, se adaptem aos requisitos da sociedade global na qual estão inseridas, incluindo tan-

to a mobilidade ocupacional como a geográfica (em certos casos um tipo de mobilidade depende do outro). Este é um aspecto relevante do ajuste (sistema-família-sistema), ao qual Parsons agrega outros elementos referidos ao papel do "líder instrumental", desempenhado pelo esposo (que proporcionará à sua família determinados estilos de vida, variando segundo padrões herdados de sua família de origem, e da posição alcançada na estrutura ocupacional, nos níveis de salário, etc); ao papel da mulher de natureza "expressiva", que se circunscreve às tarefas de socialização realizadas no interior do núcleo familiar; à perda das funções prévias, típicas da família, que em sua modalidade de *nuclear isolada* tende à especialização.

Encontramos em Bronfman (1990: 4) uma alusão crítica a este último aspecto quando coloca a hipótese alternativa sobre a existência de uma espécie de jogo de três funções (a sexual/reprodutiva; a socializadora; a econômica) que têm se apresentado historicamente na família sob combinações distintas e pesos variados, sem que isto signifique claramente uma perda determinada de funções.

Dentre as várias críticas que foram feitas à teoria parsoniana da família (pela necessária brevidade dessas notas), resgatarei algumas que se referem a seu conceito de *família nuclear isolada* e outras de corte feminista, já que me possibilitam argumentar em torno de uma das idéias que articulam este texto, relativa à insuficiência das explicações que reduzem as relações familiares a um modelo que, por sua força, acaba por ser excludente, ou melhor, dificulta um olhar que privilegie a diversidade.

Para isto, devido ao caráter particular das reflexões de Parsons (Estados Unidos, entre as décadas de 30 e 50/60)¹² e a pretensão não generalizadora de suas argumentações (constantemente refere-se ao universo do qual derivam suas observações e teorizações: a sociedade norte-americana), o mais adequado é partir de outros estudos que se remetem a esta mesma realidade, mas que, ao faz-lo, constróem interpretações diferentes.

Com uma cuidadosa revisão de um conjunto de investigações feitas nos Estados Unidos, no período correspondente àquele considerado por Parsons (1980), Sussman e Burchinal (1980: 95-96) apresentam evidências e argumentações analíticas sobre outros modelos de família bastante generalizados, que se afastam do tipo nuclear isolado. Assim é que afirmam: "a teoria reforça o isolamento social e a mobilidade social da família nuclear, enquanto que os da-

¹² Cabe destacar que Parsons alude de forma tangencial a outras variáveis de família, as de composição étnica não-branca (negras), pobres e alguns setores ricos, que se afastam da construção (que contém alguma coisa do tipo ideal) própria da família *nuclear isolada*. Mas é importante destacar, também, que a família nuclear isolada aparece em Parsons como o resultado mais aprimorado da evolução familiar, como uma etapa que, nos Estados Unidos, culmina tal processo.

dos achados pelos estudos empíricos confirmam a existência de uma *família extensa* que existe e funciona estreitamente integrada numa rede de "relações e assistência recíproca, segundo linhas bilaterais de parentesco de várias gerações". Devido à especificidade das famílias extensas que lhes imprimem elementos distintos aos que se encontram nos Estados Unidos, nas últimas duas ou três décadas (embora certas semelhanças sejam preservadas), os autores utilizam a formulação feita por Litwak, de *família extensa modificada*, para se referirem aos vínculos estabelecidos sob a forma de um sistema de rede de parentes¹³.

A partir da precisão de aspectos da teoria da família moderna (resumidamente suas funções são: a de procriação, fixação da posição, manutenção biológica e emocional, socialização; Winch, 1955; Goode, 1959, citados por Sussman e Burchinal, 1980: 96), os autores indicam que quando seus parâmetros definidores são analisados nas esferas constitutivas da *família nuclear isolada*, diminui o papel desempenhado pelas redes familiares intergeracionais, em várias das funções mencionadas. Ao criticar a descrição "ideal do caráter nuclear isolado do sistema familiar norte-americano", Sussman e Burchinal enfatizam a inviabilidade de sua aplicação ao conjunto da sociedade. Deste padrão estão excluídas populações localizadas em regiões com graus menores de industrialização, outras com características étnicas variadas; as localizadas nos planos mais baixos da estratificação social, como também as famílias ricas. Com alusões à formação das dinastias (tanto financeiras como políticas) destaca-se a existência de redes sólidas de relações interfamiliares. Evidentemente muitas das críticas desenvolvidas por Sussman e Burchinal (1980: 90) têm um aspecto mais amplo que a proposta parsoniana. Neste sentido, são interessantes os comentários que fazem, a propósito das fontes de dados utilizadas pelos sociólogos da família. Estas fontes, em geral, têm captado informações sobre o segmento branco urbano e protestante da classe média, os denominados WUMP (white/urban/middle class/protestant) predominant-

¹³ Esta questão é de muita importância para analisar modalidades da família mexicana, que em alguns casos exclui a co-territorialidade da família de origem e as nucleares dela surgidas, mas inclui redes de relações interfamiliares muito sólidas. Leñero (1976) trabalha com o termo família nuclear agregada, para referir-se à realidade mexicana. É relevante destacar também outro aspecto que resgata, em alguma medida, a concepção da *família nuclear isolada* em contextos com o de fronteira. Bustamante (1990) em observações sobre Tijuana, resalta uma espécie de crise das redes familiares, detectada em famílias de migrantes que não se fizeram acompanhar de ascendentes ou outros parentes. A existência de famílias nucleares isoladas, tanto nos Estados Unidos como em outros contextos (como o mexicano) nos convida a valorizar a proposta parsoniana, o que não impede a crítica à teorização que leva à homogeneização e ao caráter evolucionista da mesma. Para aprofundar aspectos particulares de relações familiares nos contextos de fronteira, veja-se Norma Ojeda (1990).

tes nas amostras de indivíduos interrogados, o que representa um forte viés, ainda que este setor seja muito importante nos Estados Unidos.

De um ponto de vista mais amplo, cabe destacar que Giddens (1989) fez uma reflexão crítica sobre a questão do poder na teoria geral de Parsons, examinada a partir das saídas adotadas para resolução dos problemas do consenso e do conflito de interesses.

É notável a frágil presença (quando não ausência) de análises sobre o tema nos estudos parsonianos da família, mesmo quando neles se trata de questões claramente vinculadas à produção e distribuição de poder. Este é o caso da divisão sexual do trabalho, que implica a separação entre um suposto âmbito privado, representado por mulheres, e um público, cujos principais atores são os homens, definindo as bases para a geração de gratificações (sociais) diferenciadas, segundo a localização dos sujeitos num âmbito ou outro.

Acredito que a resolução do problema repousa na existência de uma espécie de *status* gerado e transferido pelo protagonista, tendo como cenário o âmbito público, que se constitui, então, na instância relacional atribuidora de *status*. O que significa uma enorme pressão sobre este protagonista - que é, em geral, o homem - o qual, além de provedor (no sentido material do termo) ser o responsável por dotar a família de prestígio e *status*.

Igualmente, os aspectos referidos às distintas gerações que convivem na casa (espaço territorial privilegiado para a interação familiar em geral e para a socialização de crianças-jovens) resgatam pouco do marco conflitual gerado pelos mecanismos de poder e autoridade que ditam as regras, sendo, ao mesmo tempo o resultado da convivência inter-geracional ao nível familiar. Pergunto-me se estas duas problematizações podem ou não exemplificar e, ao mesmo tempo, reter o ponto colocado por Giddens: consenso/conflito de interesses, que se ilustra no seio de um discurso analítico menos complexo que o teórico, voltado para a compreensão da família. (As questões referidas às relações familiares como açambarcadoras das dimensões de poder, serão analisadas na parte seguinte deste trabalho e ilustradas à luz da problemática da herança da terra no México).

Não obstante estas ausências, o tema sob discussão tem sido objeto de reflexão de um conjunto importante de estudos sobre a família, cabendo destacar, entre eles, os de Horkheimer (1980 e 1977), o qual analisa a família como um espaço de exercício de autoridade e ao mesmo tempo como uma instância para a reprodução social do consenso. Seus textos apresentam alguns problemas e creio que um deles é exatamente a forma de construir a relação entre a família conjugal e a sociedade industrial, que demarca outra dimensão relacional, também importante, vinculada à maneira de analisar a autoridade gerada pelas relações familiares e seus laços com a au-

toridade, tomada como forma instituída que permeia a organização da sociedade. Não obstante, tem o duplo mérito de focar *o que representa simbolicamente a família*, em termos da sociedade e de considerar o núcleo familiar como um espaço no qual se dão práticas conscientes de socialização e outras que não o são. Para referir-serão último aspecto, difícil de apreender, utiliza o termo poder de sugestão¹⁴.

Também nas formulações de Horkheimer encontram-se idéias interessantes sobre as formas de domínio que, a partir das relações familiares, ainda são totalmente descoladas dos valores patriarcais, se exercem sobre a mulher e os filhos, conto uma espécie de reflexo das mudanças, profundas, observadas nas relações sociais requeridas pelo capitalismo. Este é visto não só como um regime econômico, mas também como uma forma política, ideológica e cultural de organização da sociedade. Muitos dos vínculos familiares estão en-trelaçados de maneira simbólica com as funções, tanto morais como psicológicas, da mãe e, desta forma, estes vínculos agregam outros elementos à relações de poder e autoridade do casal. A convivência de elementos da família patriarcal na sociedade do início do século, com uma espécie de família moderna emergente, proporciona um panorama familiar, propício à geração de funções ambíguas e paradoxais¹⁵.

A necessidade de teorizações sobre a família, que resgatem a variedade de formas familiares em convivência e a multiplicidade de relações produzidas e reproduzidas neste espaço, tem estado presente como uma tônica recorrente nos poucos textos sumariamente revisados. O texto de Sussman e Burchinal (1980), através de um exame de pesquisas empíricas sobre temas particulares, consegue elaborar uma abordagem crítica substantiva de certos enfoques teóricos vigentes sobre a família. A compilação de Anderson (1980) cumpre igualmente esta função ao proporcionar, através dos textos selecionados, uma visão heterogênea das relações familiares, que guardam em comum o fato de estarem inseridas em sociedades industriais do Ocidente. Finalmente, cabe enfatizar que este tipo de

¹⁴ Que possivelmente guarde algumas similitudes (embora seja muito mais simplificado) com a perspectiva da violência simbólica como método para a inculcação de *habitus* em Bourdieu. Veja-se a propósito de Bourdieu, Garcia Canclini (1990); Oliveira e Salles (1988), Salles e Smith (1987). Estas revisões dão elementos para pensar a validade da proposta de Bourdieu como uma aproximação à questão da formação de identidade (cultural, etc.) produzidas mediante práticas (como, por exemplo, as reprodutivas, as de convivência entre gêneros e gerações), que incidem, reproduzem e transformam a organização familiar

¹⁵ Estes exemplos de análise em Horkheimer sobre a convivência de elementos que tem algo de patriarcais, com elementos mais modernos de organização familiar, podem ser interessantes para os contextos familiares mexicanos, sobretudo tomados não a partir da ótica de seu resultado e sim como ilustrativos de uma análise e ponto de partida para outros

investigação (que acaba sendo uma investigação sobre investigações realizadas) permite a "crítica de generalizações, cuja força da repetição as fazem verdades absolutas" (Oliveira, 1989: 59).

De uma ótica distinta, então, centrada sobretudo na investigação de caráter feminista, Pitrou (1980), ao resenhar trinta artigos sobre a instituição familiar e o trabalho feminino, consegue algo similar. Além de indiretamente indicar várias críticas do feminismo à sociologia funcionalista da família, levanta um conjunto importante de temas novos, que, de certa maneira, concentram enfoques e visões empíricas anteriormente excluídas das teorias sobre as relações familiares, algumas delas, porém, com ampla circulação na investigação sobre mulher/família/grupo doméstico.

De fato, o aporte feminista ocupa um lugar *sui generis* na abertura de novas perspectivas de análise, ao se concentrar prioritariamente em problemáticas referidas à mulher (um dos atores protagônicos das relações familiares), pois altera interpretações consagradas sobre os eixos estruturantes das funções e padrões da organização familiar. Alguns exemplos o constituem: a) os estudos sobre os papéis masculinos e femininos, as formas em que ocorre a *atribuição* social dos mesmos (sua aceitação/rejeição ao nível das pessoas), reproduzindo relações dos cônjuges entre si e deles com sua prole ao nível micro, incidindo em práticas de caráter social que reforçam ou redefinem os mencionados papéis. Estes temas estão diretamente vinculados com a problemática teórica da construção do gênero; b) as análises sobre as funções simbólicas diferenciais outorgadas à maternidade e à paternidade; c) as re-elaborações sobre o público e o privado que encontra antecedentes originais nas contribuições de Hanna Arendt; d) o questionamento das pautas analíticas do trabalho doméstico; e) as investigações sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho, suas conseqüências sobre as relações familiares e sobre a formação cultural de mulheres adultas e jovens, sob o impacto da ampliação das redes de relação para ambientes extra-domésticos; f) o exame de novos padrões que regem a moral sexual e as instituições, intervindo na dinâmica familiar (matrimônios, divórcios, etc.) e nas práticas reprodutivas; g) a produção de alguns eixos analíticos sobre a família, como espaço cotidiano de geração de formas de resistência e luta, com poder transformador de estruturas mais amplas que as familiares. Este tipo de enfoque repousa na observação de ações que surgem a partir do mundo-da-vida e se dirigem para o mundo sistêmico ao nível dos sujeitos atuantes na dimensão do mundo-da-vida (Habermas).

A riqueza **de** certos estudos que abriam janelas para a investigação sobre a família e, mais que isto, um olhar à realidade da família **atual, permite-nos** interrogar sobre a vigência de um padrão **exclusivo fixado na família** nuclear típica, *embora esta seja muito importante*. Neste sentido, cabe resgatar uma perspectiva presente em

Leñero (1976) que ajuda, inclusive, na discussão da proposta de Parsons, referida à existência de uma *tendência* à organização conjugal nuclear da família que, além de histórica, mantém-se na atualidade. Parece que é em torno dele que se determina (por comparação) a emergência de modelos familiares alternativos atuais. A alusão à família nuclear agregada (Leñero), à família extensa modificada (Litwak, Sussman e Burchinal) e à família monoparental (Pitrou e outros autores) ilustram o argumento¹⁶.

Mas, o que se observa é que este tipo de família (organizada em torno da relação privilegiada entre pais/filhos que compartilham uma casa comum, servindo de ambiente espacial - território - para o exercício de várias práticas), convive com um processo de emergência (ou de atualização) de modelos familiares multifacetários, o que alude à existência de uma dinâmica social que preside (e transforma) a constituição e reprodução das relações de familiares, alterando, inclusive, tanto as funções e os arranjos internos como certos padrões socialmente instituídos.

Com a prévia separação analítica (e um tanto arriscada) entre relações sociais e relações familiares, quero me referir a estas últimas como um âmbito de criação de símbolos, de formas de convivência e estilos de vida (ou seja, de cultura em seu sentido lato), que, embora sejam ininteligíveis isoladamente (quer dizer, fora do contexto geral das relações sociais), guardam um certo grau (embora pequeno) de autonomia. Neste sentido, as relações familiares são tomadas como produtos específicos e contingentes da dinâmica da interação intrafamiliar e interfamiliar (via redes de parentesco) que se baseia na convivência, normatizada por situações de consenso e conflito, que são geradas no contexto da produção e distribuição do poder. Esta produção/distribuição se dá entre sujeitos pertencentes a gêneros (homens-mulheres) e gerações (adultos/crianças/jovens) diferentes¹⁷. Com base na convivência e a partir de um marco social e historicamente dado (observável mediante os cortes sin-crônicos), os sujeitos que compõem a família elaboram, à *sua maneira*, as características gerais que fundam o social e o histórico. Ou seja, as famílias não são receptoras passivas, mas ativas, cujas ações geram modalidades distintas de relações familiares, o que permite aludir ao fato (muito resgatado nas novelas e na dramaturgia) de que uma família nunca é igual a outra, apesar de compartilhar com as demais o elemento de estar composta por pai/mãe/filhas(os),

¹⁶ Referências de outra índole que apontam para uma ruptura dos fundamentos mesmos deste âmbito relacionai, são feitos por David Cooper, em suas reflexões sobre a morte da família.

¹⁷ Esta definição está presente (de uma maneira mais simplificada) em Oliveira e Salles (1987 e 1989).

acabando por se constituir num elemento definidor do modelo típico (ideal) da família nuclear¹⁸.

A mencionada autonomia - que é relativa - está influenciada por processos de índoles diversas. A título de ilustração menciono apenas um exemplo dado pela situação de classe da família que, no caso das pobres, forçará a criação de arranjos-de-necessidade (como, por exemplo, em vez de enviar os filhos à escola, envia-os ao trabalho), os quais são mais imperativos e resoluções indubitáveis, sem significar uma opção: estes arranjos produzem relações familiares particulares, não obstante elas serem gestadas, sem muitas mediações, através da força de mecanismos sociais compulsórios. Esta condição se remete, de maneira importante, à problemática trabalhada por Przeworski (1982) e referida à estrutura das opções possíveis ao nível do indivíduo e sua relação com os determinantes macro-sociais, mas está clara e amplamente ilustrada por Engels no estudo sobre a família trabalhadora inglesa, por Balzac na narrativa sobre a família trabalhadora francesa e também por Oscar Lewis em suas reflexões sobre a cultura da pobreza no México.

Evidentemente, tipos distintos de arranjos - das famílias de classe alta, para mencionar outro caso extremo - ao se fazer, também, sob a força obrigatória dos macroprocessos (não necessariamente ligados a imperativos de natureza econômica) intervém, igualmente, na possível autonomia dos vínculos intra-grupais como geradores de relações originais. Em tais situações - apesar da variabilidade das estruturas possíveis de opções, dos imperativos e das conseqüências resultantes das práticas adotadas em sua resolução - se estabelecem modalidades de influência, semelhantes ao exemplo anterior, nas quais os âmbitos sociais aparecem como determinantes de relações familiares sem que se estabeleçam (como também acontece no caso anterior) no marco do esquema causa/efeito. O grande *quid* da questão passa, então, a ser a problemática das *mediações*.

Sem reduzir-se aos pontos assinalados anteriormente, mas relacionado com eles, está o fenômeno - já referido - da emergência de modelos familiares multifacetários, que representam variações (e mesmo desvios) em relação às normas constitutivas da família nuclear. Como exemplo disto, cabe destacar as *famílias monoparentais* (Pitrou: 1980) articuladas em contraposição ao modelo nuclear, em torno da figura de um dos cônjuges.

Esse fenômeno, ainda que teoricamente possa referir-se à ausência da mulher, reporta-se, em geral, à exclusão do homem do âmbito de convivência familiar: casa/território¹⁹. Em realidade, este

¹⁸ Do ponto de vista mencionado, a família pode ser vista tanto como objeto como sujeito de mudança.

¹⁹ Sobre os conceitos casa/território e os aspectos a eles vinculados, veja-se Olivarria, Isunza (1990), cuja proposta apresenta interesse para a discussão.

fato está demonstrado na investigação sobre o tema, que indica uma persistência recorrente de famílias compostas pelo chefe da casa e sua prole (Gonzalez de la Rocha, 1986). Este acontecimento, que pode ser atribuível a questões de ordem natural e biológica, está permeado, e muitas vezes determinado, pelos valores simbólicos diferenciais outorgados à maternidade e à paternidade; pelas leis que regem tanto o matrimônio e sua dissolução (divórcio, separações) como a situação e destino residencial dos filhos procriados; por normas e costumes que ditam a imprescindibilidade da função da mãe no processo de criação dos filhos.

Esta última função, ao ultrapassar questões de natureza material e física e ao estar demarcada num contexto ético-moral²⁰, o qual atua no sentido de reforçar esta imprescindibilidade, reforça (e controla) o padrão cultural de manter e fazer aceitável, como uma condição feminina, a ligação mãe/prole, sem que isto signifique a impossibilidade de mudanças. Com efeito, existe uma literatura que se ocupa atualmente em mostrar sua existência, em ampliar a discussão sobre este tema e em procurar as causas culturais da divisão sexual do trabalho, que contextualiza a questão de atribuir ao pai as tarefas de provedor e à mãe as relacionadas à procriação, com suas conseqüências no âmbito doméstico. Não obstante, cabe reconhecer a existência de uma espécie de domínio vigente de tais visões e percepções que constituem eixos estruturantes das práticas desenvolvidas no marco das relações familiares (e das relações sociais em geral) reforçando as ligações mãe/prole. Então, esta modalidade de família monoparental, ao estar submersa em uma constelação multifatorial de causas, só pode ser explicada a partir do exame de pautas culturais diversificadas (éticas, religiosas, legais etc), que operam de forma *mediada* através das práticas individuais, nem sempre agrupadas em sentidos convergentes.

Modelos familiares monoparentais surgem, também, de relações distintas das já indicadas (separação do varão do âmbito familiar) como, por exemplo, as das mães solteiras, que acabam reforçando o vínculo principal mãe/filho (a) com variabilidades dadas tanto pelo reconhecimento existente ou inexistente da paternidade, como por tipos de inserção da mãe solteira em sua família de origem. Surgem, também, dos casos de viuvez (morte de um dos cônjuges) não seguidas por novas uniões, dos casos de migrações prolongadas de um dos membros do casal, o que daria uma conotação *ad hoc* e episódica à condição monoparental.

Em certa literatura especializada há uma espécie de separação entre as análises da família, (seus atributos e práticas que levam à

²⁰ Para uma conceituação particular desses termos, veja-se Juliana Gonzalez (1986). Em diferentes textos de Michel Maffesoli também encontramos algumas formulações a esse respeito.

coesão) e aqueles referidos aos contextos de dissolução, que são tomados como irregularidades do processo de produção e reprodução da instituição familiar. O recurso à categoria *família integrada* para se referir àquela que está composta por um conjunto de indivíduos suportes dos *status*: pai/mãe/filhos, em geral se antepõe à figura (e ao seu conceito correspondente) de *família desintegrada*, para se referir àquelas unidades em que falta o pai ou a mãe. Se tomamos, no entanto, a dinâmica familiar de uma ótica distinta do marco de uma evolução que conduz somente a uma coesão, tendente ao equilíbrio (homeostase), esta dinâmica pode incluir elementos dissolutivos (significando elementos de mudança) que rompem determinados estados. Ao fazê-lo, geram outros estados que podem ser tomados como elementos emergentes da dinâmica da constituição/reprodução de uma instituição familiar redefinida ou em processo de redefinição.

Um exemplo que talvez não apresente o grau de complexidade requerido pela natureza do argumento, mas que, de certa forma, serve para ilustrá-lo, refere-se ao caso do direito de participar da herança, outorgado no Brasil a mulheres ilegítimas (e também a filhos não legalmente reconhecidos), sempre e quando se reúnam "provas", via testemunhas ou outros métodos, que respaldem a existência de relações extra-matrimoniais masculinas não reconhecidas publicamente. Estes mecanismos jurídicos, que vêm sancionar práticas denominadas desintegradoras da instituição familiar, refletem o caráter transformador das práticas cotidianas sobre códigos que anteriormente estavam dirigidos para excluir certos arranjos e padrões constitutivos de relações familiares, protegendo os elementos de coesão (os direitos em termos legais) da família nuclear. Evidentemente, este tipo de acontecimento remete e vincula os problemas de ordem jurídica com os de natureza ética e moral que, em nosso exemplo, apontam para as questões de lealdade, fidelidade, transgressões de tipos de contratos (monogamia/bigamia), que ao ter um componente cultural alterado, podem representar - não de forma imediata mas mediata - mudanças culturais que indicam transformações de normas, valores, crenças a respeito do matrimônio, tomado como um dos reguladores das relações familiares²¹.

Este exemplo ilustra, também, a afirmação anterior sobre as novas práticas que geram modelos familiares multifacetários e a combinação de elementos de ordem social com práticas particulares (no caso, referidas a uma situação de bigamia, que passa a ser reconhecida publicamente) a qual intervém, tanto na situação da

²¹ Arizpe (1989) apresenta uma variante deste fenômeno com referência ao que se denomina "casa pequena" no México, vinculada a situações de bigamia com certo grau de institucionalização.

família nuclear (que perde um espaço importante de controle sobre um eixo articulador dela mesma: a questão da transmissão da herança) como sobre um modelo familiar de outro tipo, que não se reduz a suas normas.

III

Se a diversidade de modelos familiares é reivindicada como um elemento constituinte da dinâmica familiar em países mais articulados em torno do eixo urbano-industrial (Pitrou, 1980; Kellerhals e Roussel, 1987; Sussman e Burchinal, 1980) e naqueles em que o projeto moderno de sociedade desintegrou-se mais amplamente (apesar de não esgotar várias das propostas nele implicadas)²², em sociedades como a mexicana²³, onde contextos de ruralidade convivem mais claramente com contextos de "urbanidade", esta reivindicação tem um profundo alcance.

Este é dado não só pela existência de certos elementos transformadores da dinâmica familiar, principalmente os que se desenvolvem em espaços urbanos, mas também (e sobretudo) pela existência da família camponesa mexicana, que sobrevive apesar das condições amplamente desfavoráveis que lhe são impostas socialmente. Sob condições difíceis de vida estas famílias têm (por suas características tradicionais) padrões de organização articulados em torno de *costumes que se transmitem e herdamos geracionalmente*, sobre os quais incidem, às vezes mais e às vezes menos, certas condições socialmente impostas, que operam no sentido de transformá-las. Em muitos casos, estes processos são tomados como fenômenos isolados da constituição da família. Mas, segundo a argumentação feita na primeira parte, acredito que esta questão deve ser abordada metodologicamente como um aspecto inseparável da dinâmica familiar²⁴.

²² Para mencionar alguns eixos do debate modernidade/pós-modernidade, referido à caracterização da sociedade contemporânea nos países do capitalismo avançado, veja-se Salles (1990), além da existência de uma ampla e original bibliografia, em parte indicada no seu texto.

²³ Apesar da força da cidade ser intensa e a este propósito Lira (1983: 15) afirma: "é a cidade a potência expansiva que parece dar sentido à história", este mesmo autor permite ver a existência de forças também irresistíveis que se enfrentam em certas modalidades de constituição da cidade. Em certo sentido, Weber (1922) igualmente tece amplas considerações sobre este tema, destacando a complexidade do termo.

²⁴ Com modificações, alguns parágrafos que se seguem foram tirados de dois artigos: Salles (1984) e Salles (1988). Neste último trabalho ocupo-me, com detalhes, em especificar as realidades e os campos analíticos cobertos pelos conceitos família e grupo doméstico. Com ênfase nas relações familiares, neste ensaio privilegio o uso do termo família, embora se saiba que na de caráter camponês os espaços de convivência (casa) em certas ocasiões, são compartilhados com pessoas com as quais não se tem laços de parentesco.

Sem o recurso a uma explicação que dê elementos para entender a evolução dos costumes²⁵ e independente de que concorde com Archetti (1983): 1) sobre a relevância dos contextos e o valor de vincular *the meaning of a fact to a given and determined ensemble of facts and meanings*, meu objetivo, no que se segue, é: a) proporcionar um ambiente reflexivo para sublinhar as características do contexto relacionai em que se inserem as famílias dos camponeses (sem fazer sua história); b) revisar algumas investigações para construir idéias sobre a variabilidade dos modelos familiares, cujos padrões aparentes são apenas pontas de um *iceberg*, constituído por outras relações que de fato são as que fundamentam certos arranjos familiares (como, por exemplo, a herança da terra, intervindo no modelo "patrivirilocal" de residência); c) aproveitar o desenvolvimento realizado na primeira parte do texto, como matéria para uma análise que distinga e ao mesmo tempo vincule as questões de ordem geral com as relações familiares camponesas.

Uma das finalidades da produção familiar camponesa é satisfazer suas próprias necessidades de consumo: os meios de vida e os elementos necessários para produzir se apresentam como requisitos da reprodução do ciclo produtivo. Este consumo, enquanto condição para a contínua utilização do trabalho, constitui-se, então, o elemento motivador da produção.

Esta produção camponesa, ao usar principalmente a força do trabalho familiar, parte de uma quantidade de trabalho disponível (dada pelo tamanho da família, a idade e sexo de seus membros, o ciclo vital familiar, as formas de aprendizagem e as atitudes reconhecidas socialmente) que influem sobre a possibilidade de ampliar ou intensificar a produção agrícola, ou de diversificar tarefas (Pepin Lehalleur e Rendón, 1983). A contratação de mão-de-obra alheia, por sua vez, ao intervir no montante de trabalho disponível, aparece como um elemento compensatório frente à rigidez original imposta pelas características da família (Torres, 1981).

Apesar de que parte dos meios de produção e dos meios de vida (e em certos casos, igualmente, a terra) não provenham diretamente do mercado (Bartra, Lanz, Moguel e Paz, 1977), torna-se difícil considerar o autoconsumo como categoria definidora da finali-

²⁵ Devido à necessária brevidade desta exposição, não incluo aqui notas sobre este tema. Para um aprofundamento das questões da cultura como invólucro de formas institucionalizadas de convivência, veja-se Bonfil (1990); para uma aproximação às famílias indígenas e mestiças rurais, veja-se Nolasco (1990) e Arizpe (1980). Em Lerner (1976: 39), a partir da caracterização da família, explica-se o contexto de generalização do modelo da família restrita e conjugal na Europa, sua importação "aos diversos continentes através do colonialismo", e as diferentes mudanças que se introduzem na combinação de culturas familiares distintas (as autóctones e as impostas pela colonização)

dade do trabalho familiar. Seja pela demanda de mercadorias que consome e não produz, seja pela necessidade de vender força de trabalho ou produtos, geram-se, no mercado, vínculos de distinta natureza.

Em tais situações, ao se apresentar como vendedores de produtos ou de força de trabalho, os camponeses oferecem mercadorias que, ao serem compradas, integram-se ao mercado capitalista (de trabalho ou de produtos). Muito raramente deslocam-se para as grandes cidades para comercializar: o mercado local (representado por atravessadores, armazéns oficiais etc.) constitui a instância que buscam para vender, e por via deste mecanismo os produtos de muitos camponeses integram-se à produção social. A partir igualmente do mercado, eles se abastecem das mercadorias que necessitam mas que não produzem. Independentemente do custo individual de seu produto, os camponeses recebem uma remuneração aproximadamente correspondente aos preços usuais, fixados socialmente. A natureza externa (e alheia) dos preços do mercado também se manifesta nas compras que eles fazem. A partir da relação entre o que receberam por vender (inclusive a força de trabalho familiar) e o que gastarão para comprar, estabelece-se um padrão de consumo possível ao nível das famílias, em relação aos bens que só podem ser adquiridos no mercado (Szass, 1990 produz uma tentativa de mediação deste fenômeno).

Portanto, descarta-se o autoconsumo como fim último da produção, sem que isto queira dizer que o produtor camponês não utilize, como mecanismo de autoabastecimento, bens que não tenham sofrido nenhuma mediação por parte do mercado. Esta constatação autoriza a definir a economia camponesa como "parcialmente mercantil" (Tepicht, 1973).

De fato, com o objetivo de produzir e comercializar, estabelecem-se múltiplas relações pessoais com diversos agentes que participam no mercado (intermediários ou instituições de crédito, comerciantes etc.) já que conseguir e renovar empréstimos, comprar meios de produção e de vida e vender mercadorias são, na atualidade, ações imprescindíveis para o funcionamento econômico destes produtores²⁶.

Para compensar os condicionantes desvantajosos a que sempre foram submetidos (o mais evidente é a limitação imposta, histórica e estruturalmente para seu acesso à terra e aos meios de produ-

²⁶ Não obstante, os mecanismos estruturais de dominação do mercado capitalista sobre os produtores camponeses debilitam a aproximação do restante do produto criado, uma vez deduzido o necessário para prosseguir o processo de produção e a manutenção da família camponesa. Às vezes, as restrições que os camponeses sofrem, os impedem de se apropriar, inclusive, do necessário para a reprodução simples do processo de produção. Estes mecanismos têm sua origem no funcionamento do capital social, refletido nos preços dos produtos que se vendem e se compram, nas taxas de juros e nos níveis de produtividade requeridos.

ção), as famílias camponesas têm demonstrado capacidade para criar diferentes tipos de respostas. Com a generalização de novas formas de organizar a produção e o trabalho sancionadas socialmente, e a criação de novas necessidades, os camponeses atualmente são levados a redefinir as condições que lhes permitam assegurar sua sobrevivência: intensificar o trabalho familiar, diversificar tarefas, deslocar força de trabalho para fora da unidade familiar, especializar-se em determinadas atividades; estes são alguns exemplos (Martínez, 1990). Além do mais, aceitar trabalhar por uma remuneração muito baixa, que evidentemente obriga à redução do consumo, é igualmente um aspecto da adaptabilidade camponesa às imposições do sistema. As respostas indicadas não são excludentes e, na realidade do grupo familiar camponês, aparecem combinadas, o que constitui um elemento importante da sua reprodução²⁷.

A organização das famílias camponesas está, pois, marcada pelas exigências da produção (para autoconsumo e para a venda no mercado), necessárias para a sobrevivência do grupo. Ainda que não se reduzam a tais aspectos, estas exigências (inclusive outras que implicam a obtenção de renda fora do estabelecimento), variarão segundo a possibilidade - determinada socialmente - de acesso a certos recursos indispensáveis como a terra, a água *etc.*

Não obstante, há que se enfatizar que as normas de comportamento e ação em que se fundamenta a família camponesa, ultrapassam as de caráter meramente produtivo e de consumo (embora estas sejam necessárias), já que a reprodução de mulheres e homens -no seu sentido genérico - vai além das questões biológicas (sobrevivência física, saúde, alimentação etc.) incluindo, pois, necessidades de aprendizagem de formas de relação social, de linguagem, das normas e padrões culturais (como já mencionei antes). Esta aprendizagem, ao se dar inicialmente fora do marco formal instituído pela

²⁷ Na realidade é através de um complexo conjunto de atividades que as famílias camponesas garantem sua continuidade social frente às tendências impostas pelos macroprocessos. Sempre que se considera os camponeses não como uma unidade de produção isolada mas como uma classe social, adverte-se que seu comportamento afeta as determinações macro-sociais ao criar os espaços para sua permanência: contrapor - ou ainda impedir - o cumprimento das tendências que os impulsionam à proletarianização é parte da luta dos camponeses pela sobrevivência. Desta perspectiva, a luta sobrepasa os aspectos econômicos mais imediatos vinculados à organização cíclica da família para produzir e vender e, assim subsistir. As ações, reações e adaptação dos camponeses - elementos ligados à criação de espaços para sobreviver - os transformam em protagonistas de lutas políticas naquelas sociedades que colocam limites à sua reprodução. Estes últimos tipos de ação, ao mesmo tempo que indicam os aspectos políticos da luta dos camponeses pela sobrevivência ensinam que sua reprodução não se limita à adaptação, embora esta seja um elemento importante para ampliar os mecanismos que eles utilizam para sobreviver. Portanto, o contexto da reprodução camponesa corresponde a um espaço mais amplo, o das relações entre grupos e forças sociais com as quais interage, que estará na base mesma do conceito de reprodução social (Bourdieu e Passeron, 198X).

sociedade (a escola) e ao estar permeada de componentes afetivos, sobretudo na primeira idade, intervirá de forma decisiva na constituição do campesinato como um tipo humano e cultural com características próprias e distintas de outros tipos (ou seja, incidirá na formação da identidade camponesa).

As relações que unem os diferentes membros (tanto os que estão aptos para produzir e gerar renda, como os que só consomem e não trabalham: crianças, velhos, doentes etc.) inscrevem-se numa perspectiva diacrônica, pois tendem a proporcionar as condições (biológicas, de aquisição de normas de comportamento ao nível moral e sexual, enfim, de transmissão cultural no seu sentido mais amplo) requeridas para a reprodução geracional do grupo. Isto constitui, como já foi visto, uma das funções gerais da família, embora possa não ser exclusivo dela. Além do mais, cabe incluir um tipo específico de aprendizagem, que nos ambientes camponeses envolve a participação no trabalho produtivo desde tenra idade.

Desta forma, pode-se enfatizar o grupo doméstico - quando está organizado com base nos laços de parentesco - como instância mantenedora da produção de pessoas que substituirão as gerações que morrem.

Tais relações, apesar de estarem muito ligadas ao desempenho econômico do grupo (que ditará o estilo e a qualidade de vida que se consegue) ultrapassam-no e marcam uma dinâmica própria, expressa na sucessão de nascimentos, crescimentos e mortes, fenômenos ligados, por sua vez, a formas culturais que regem as modalidades adotadas para a constituição de casais, para a criação e a percepção cultural que define a infância²⁸. O conjunto destes elementos fica ininteligível sem a referência à *comunidade*, tomada como um espaço de socialização, em certo sentido homogeneizador e controlador, que não exclui a possibilidade de criação e expressão de práticas que escapam aos controles e às homogeneizações. Este conceito de comunidade, quando referido ao universo camponês, tem como marco de referência um território.

Na realidade rural mexicana, camponeses e camponesas agrupam-se em zonas e comunidades rurais, constituindo-se às vezes em núcleos de pequenos povoados. Nestes espaços interatuam com seus iguais, estabelecem redes de relações sociais, culturais, políticas, religiosas, econômicas. Para referir-se aos conjuntos de relações deste tipo, Wolf (1973) utiliza o termo *web of group relations*. Local privilegiado para as associações locais, estes espaços são **tam-**

²⁸ Estas idéias são tomadas de notas redigidas por Marielle Pepin Lehalleur para a preparação de um breve texto (1978) e que não foram incluídas em sua redação final. Em Julieta Quilodrán (1989) estudam-se questões referidas aos mercados matrimoniais e à formação de casais.

bém cenários de lutas contra o poder e os conflitos inter-camponeses. Cabe assinalar que muitos dos enfrentamentos que se dão no quadro da política nacional, através de confederações, sindicatos e grupos de pressão, tiveram sua origem em zonas de assentamentos camponeses.

A presença dos "ejidos" é outra característica destas zonas de assentamentos camponeses - que devem ser considerados como microcosmos organizados com base nas relações de poder - nos quais coexistem números variáveis, mas em geral significativos, de famílias. Na realidade, o pertencer a um "ejido" vincula-se com a posse de uma parcela de terra, inserida num espaço territorial mais amplo, compartilhado com outras famílias.

Há uma variante desta colocação resgatada por Pepin Lehalleur (1980), que diz respeito à inclusão de trabalhadores sem terra no marco relacional do "ejido"/comunidade, que, no entanto, mantém vínculos de trabalho com os camponeses locais. Por sua vez, Cortês e Cuéllar (1987: 27 e seguintes) reconhecem o entrelaçamento real de diferentes relações (econômicas, de parentesco) só perceptíveis quando se analisam os espaços da comunidade através de dimensão (como recurso metodológico) que levam a resgatar um sistema complexo. Penso que uma interpretação possível desta complexidade situa-se na existência de múltiplos vínculos, de natureza variada, entre os sujeitos que *produzem* e *vivem* as relações sociais constituintes, tanto das famílias como da comunidade.

As perspectivas que valorizam os elementos relacionais permitem, pois, fazer considerações sobre as muitas influências entre um grupo familiar particular e o conjunto mais amplo, formado pelos demais grupos possuidores de parcelas no "ejido", ou partícipes de uma comunidade mantida em coesão por elementos lingüísticos, culturais e econômicos.

As relações familiares camponesas, ao se expressarem como organização cíclica do trabalho com fins de produção/consumo, e ao se ajustarem conforme as funções socializadoras de reprodução geracional, em seus aspectos físicos e de transmissão de identidades (neste caso se faz alusão à identidade camponesa), dependerão dos arranjos internos, sem que estes sejam independentes dos vínculos do grupo familiar com a comunidade. Estes vínculos, pelo fato de serem tecidos de maneira bilateral, família/comunidade, sob a modalidade de redes complexas multifatoriais, apontam para sua mútua dependência e devem ser tomados como uma condição, tanto para sua reprodução como para sua transformação. Esta postura reforça a necessidade metodológica (indicada na primeira parte) de que o estudo da dinâmica familiar inclua a chamada "dimensão externa" como um elemento determinante, e a importância da mencionada dinâmica na constituição da comunidade (ou das "externalidades").

Com referência à questão família/comunidade parece-me de extrema conveniência considerar a existência de um processo de reprodução (no sentido de repetição mediante a recodificação) de vários padrões culturais. Entre eles interessa-me destacar os que dizem respeito à cultura autoritária socialmente gerada (mas inculca-da ao nível do indivíduo e de suas relações íntimas) e seus conteúdos delimitadores da subordinação de gênero e da existente entre gerações que convivem no seio da família (sob relações que implicam conflito). Estas afirmações, feitas com o objetivo de observar relações familiares rurais, têm pertinência, também, para famílias não rurais. Valenzuela (1988) a partir de uma visão mais ampla de cultura (e sem se referir diretamente à cultura autoritária) detecta elementos de conflito intergeracional, que assumem dimensão diferentes em jovens mulheres e jovens homens.

Nos casos de conflitos intergeracionais em âmbitos rurais, existem ilustrações com base na observação dos níveis de autoritarismo requeridos para a organização da produção e do trabalho, *assentados na mão-de-obra juvenil e/ou infantil* que se apresenta como um suporte do desempenho econômico da família camponesa, cuja característica repousa exatamente na exploração da força de trabalho familiar²⁹.

Este fenômeno expressa um elevado grau de generalização. Com base na observação dos traços autoritários de famílias rurais na França, por exemplo, Barthez (1982: 8) localiza um conjunto importante de "conflitos entre sexos e categorias de idade" no marco que denomina "a relação familiar de reprodução".

Outros elementos de violência são usualmente constitutivos das relações intergeracionais, sejam os assimilados à violência física, sejam os que privilegiam procedimentos simbólicos (mas que implicam no exercício da violência). Os diferentes tipos de violência são exercidos como método de socialização e como meio de inculcação de valores, embora seu espectro seja mais abrangente, pois refletem a existência de relações de conflito de natureza ampla que se traduzem em práticas violentas.

Esta formulação alude à proposta de Bourdieu e Passeron (1981) e de Bourdieu (1990), referida às práticas que trazem implícitas situações de violência (que, apesar de serem geralmente simbó-

²⁹ A literatura sobre a definição do campesinato e seu desempenho macro-social enquanto classe, sublinha a obrigação imposta às famílias para organizar de uma maneira e não de outra seu processo produtivo, devido à sua inserção subordinada num sistema mais amplo, dominado pelo modo de produção capitalista. Veja-se Paré (1978), Warman (1972), Stavenhagen (1969), Verduzco et al (1981). Em Weber (1906), encontramos referências a este mesmo problema inserido num contexto distinto, relacionado com famílias camponesas que realizavam seu trabalho num marco regional dominado ainda por relações feudais de produção.

licas, podem também não o ser) e a sua função na conformação dos *habitus*. Pode-se referir também à crucialidade outorgada por Giddens (1989) à natureza das práticas inseridas no âmbito cotidiano (referidas a poder/conflito) na constituição das instâncias de interação.

Situações de subordinação da mulher estão registradas em investigações que, ao procurar reconstruir alguns elementos das famílias camponesas, advertem quanto à presença e intensidade do fenômeno³⁰.

Além de estarem assentadas em mecanismos sutis de convivência do casal, nas relações intrafamiliares (com extensão para os sistemas de redes interfamiliares) e também em âmbitos relacionais da comunidade, que as legitimam ou sancionam, as formas de subordinação expressam-se freqüentemente em situações de violência. Os matizes (que incluem a violência física) utilizados para as relações intergeracionais se aplicam aqui e, neste caso, se remetem à idéia de que os *habitus* se atualizam e sua aquisição, reprodução (e transformação), que não se restringem à infância ou à juventude, adquirem o caráter de eixo determinante que acompanha o desenvolvimento da pessoa.

Para ilustrar a existência de padrões sólidos que regem o processo de subordinação da mulher, González Montes (1987) num estudo de caso de grupos domésticos camponeses de uma região do Estado do México propõe algumas linhas de análise. Estas centram-se nos padrões atuais de herança, que marginalizam as mulheres como sujeitos capazes de herdar a terra. Este padrão tem a função de garantir a permanência das esferas do poder e da autoridade, que se geram e se reproduzem através de um quadro complexo de práticas, sendo que as que se referem aos padrões "patrivirilocais" de residência e à permanência de famílias extensas modificadas, constituem-se num exemplo delas (trataremos este ponto mais adiante).

Boege (1979), numa análise sobre as mulheres mazatecas (Oaxaca), também encontra elementos similares que regem os padrões de herança no marco da comunidade. Archetti e Stolen (1978: 93) estudam igualmente o problema da herança, que aparece como "um mecanismo de transferência" ou "devolução de bens e direitos no qual todo um conjunto de normas determina a situação da mulher". Os autores tratam de demonstrar "porque se criaram situações que não favoreciam à mulher"³¹.

³⁰ O tema indicado foi amplamente estudado, tanto para universos urbanos (Garcia, Munoz e Oliveira, 1982; Blanco, 1989; Giner de los Rios, 1986) como rurais (Roldán, s/d; Arizpe e Aranda, 1981; León e Deere, 1987). Para teorias sobre a subordinação do gênero, veja-se Lamas (1986).

³¹ Para questões referidas a um espaço regional distinto (Sinaloa) e a camponesas diaristas, Roldán (s/d: 3) fala de uma espécie de posição de classe derivada, pois "ne nhumas das entrevistadas (...) era camponesa, parceira ou 'ejidatária' por direito próprio". Esta idéia se vincula a outras desenvolvidas anteriormente neste trabalho.

A questão da herança sob as formas mencionadas, é com frequência tomada como um indicador da subordinação da mulher, tendo um valor histórico³².

Apesar das investigações captarem o fenômeno para contextos atuais inseridos em certas regiões mexicanas, os padrões indicados carecem de um conteúdo generalizável pois noutras regiões a situação é distinta (Robichaux, 1985). Esta carência se deve não só à diferenciação sócio-econômica e à heterogeneidade do campesinato mas, sobretudo, à existência de condições que influem sobre os padrões de herança (e também sobre o de residência, matrimônio etc.) tais como: as formas históricas de organização da comunidade, as tradições culturais, a estrutura ocupacional local por sexo e idade, a distribuição de recursos da terra.

Além do mais, as normas que regem a transmissão da herança da terra, também se referem a fatores vinculados com a racionalidade econômica (como, por exemplo, não parcelar *ad infinitum* a terra). O problema então seria de explicar porque o exercício de tal racionalidade tem implicado em situações desvantajosas para a mulher.

De toda forma, a família camponesa é uma realidade complexa pois cristaliza, num mesmo âmbito, os requisitos para a reprodução geracional do grupo - biológicas, de socialização em seus diferentes aspectos - e os requisitos para a reprodução dos ciclos de produção e consumo que se realizam sobre a terra em posse (ou propriedade) do trabalhador direto.

IV

Do discutido anteriormente, gostaria de resgatar a problemática família nuclear/família extensa de tal forma que sejam vistas não como dois tipos opostos, isto é, como pólos distintos de um processo evolutivo familiar. Mas como elas se expressam na atualidade, como âmbitos de arranjo de convivência que articulam e mesclam elementos de um e outro modelo de família.

A observação da realidade rural mexicana permite vincular a questão, antes referida, com aspectos particulares do ciclo familiar. Com efeito, a investigação destaca a existência de uma modalidade de arranjo familiar, baseada inicialmente no padrão "patrivirilocal" de residência do casal recém-unido (sob práticas cerimoniais de união, variáveis segundo micro-redes culturais), que no curso do tempo (e em razão do surgimento de certas condições econômicas), desligam-se do vínculo espacial mais íntimo (a mesma casa) guardado com a família do homem, para constituir um lar isolado, regido por normas e valores próximos aos usuais e definidores da família nuclear.

³² Tomando um espaço geográfico diferente e a partir de análises **detalhadas**, Goody (1981) também aborda questões referentes a papéis femininos e padrões **de** herança. Num texto relativo a contextos africanos ressalta-se a importância do mecanismo de transmissão de herança como uma fonte de poder e de exercício **de** autoridade. Veja-se Yanagisako (1979).

Sem constituir etapas separáveis, esta modalidade poderia ser pensada como uma expressão particular do ciclo de vida familiar. Em tal caso o ciclo estaria referido aos diferentes passos possíveis e combinados que vão se dando ao interior da vida familiar e, sobretudo, se reportaria à transição de um ciclo a outro. Ou seja, remete-se não a estados mas a processos que se referem mais a fatos de natureza cultural e econômica que à vida cronológica³³.

Se tomamos a proposta utilizada por Chayanov, organizada conceitualmente por Fortes com fins sistematizadores dos acontecimentos cíclicos que abarcam a vida familiar (formação/separação/substituição), para, a partir dela, trabalhar a observação anterior, é possível ver a etapa da separação (que, em termos estritos, indica a separação ascendentes/descendentes) antecedida por outra que significa a formação de um novo casal, sem que haja uma separação espacial abrupta. Melhor, a separação espacial existe, mas em relação à família de origem da mulher que, nos casos de padrões "patri-virilocais" de residência, translada-se para os espaços de assentamento, articulados em torno das relações familiares do homem.

Cabe destacar que a separação *strictu-sensu*, que implica o traslado oficial do casal em seu conjunto, se diferencia da situação em que apenas um dos membros do casal (no caso aludido, a mulher) abandona a família de origem. Com efeito, são duas modalidades de separação (tomadas como um processo, não como um estado) sendo que a última significa algo de uma *separação inconclusa*. No primeiro caso, que enfatiza a separação espacial do casal recém-unido de seus ascendentes, há que se trabalhar com a hipótese (que de fato já foi amplamente confirmada pela investigação, como, por exemplo, a realizada por Lerner e Quesnel em Yucatán) de que os laços de afeto e solidariedade (importantes nas famílias extensas que compartilham um território) são guardados, redefinidos ou atualizados, formando redes de relações inter-familiares. Isto impede ver ambas as famílias, a de origem e a originada a partir dela, como *famílias nucleares isoladas* (no estilo Parsons, conforme a discussão na primeira parte deste texto). O fato de que a separação espacial (a constituição de lares distintos) nem sempre implique a anulação de vários laços anteriormente definidores das famílias extensas, permite a alusão aos conceitos de família extensa modificada ou nuclear agregada³⁴ (que são semelhantes).

³³ Ojeda (1989) produz uma interessante reflexão metodológica sobre os ciclos familiares como instrumento analítico e apresenta a problemática do curso de vida familiar como uma proposta que, sem constituir uma ruptura com enfoques anteriores, pareceria sintetizar certas vantagens para interpretar dinâmicas familiares (com base na observação do indivíduo).

³⁴ Segundo menção anteriormente feita, Leñero utiliza o termo família nuclear con jugai agregada; Litwack, Sussman e Burchinal, família externa modificada. Para se referir à realidade indicada pelo termo monoparental, González Montes adota o termo família nuclear incompleta.

Estes conceitos tornam-se atrativos, sobretudo porque parecem aptos não somente para captar a continuidade de laços em situações de separação (redes familiares) mas também à figura da convivência inicial, seguida de uma separação posterior. Nestes dois casos a rede familiar persiste e deve ser tomada como uma *instância mediadora* que serve para a criação, expressão e circulação das ações de cada núcleo particular frente ao outro (ou seja, funcionando como uma espécie de mercado).

Tal processo seria captado mediante o estudo das redes constituídas em *unidades de análises básicas*, o que permite uma aproximação a diferentes modelos de família. Evidentemente a implementação desta idéia exige que a observação das redes não implique uma postura rígida, porém mais flexível para construir laços de causalidade. Quesnel e Lerner (1989) produzem uma formulação metodológica e substantiva que resgata a complexidade dos estudos das redes.

As redes de ação significam uma comunicação por meio da interação entre indivíduos e grupos que, sendo por esta mesma razão, tomadas como *unidade de análise* possibilitam ver como circulam, se garantem ou se redefinem regras de consenso, de solidariedade ou de enfrentamentos³⁵. Como nos ambientes camponeses, o compartilhar um território entre várias famílias é um elemento característico, as redes familiares tendem a se ampliar e as regras mencionadas guardarão forçosamente íntima relação não só com a cultura rural mas também com a que articula a vida comunitária.

A cultura rural e a que se articula com a vida comunitária pode sofrer uma espécie de desterritorialização³⁶, na medida em

ue uma parte da família emigra, tendo como conseqüência um enraquecimento das redes estabelecidas com os familiares e com a comunidade (veja-se, a respeito, a nota 15). Não obstante, introduzem-se novas dinâmicas, tanto através das relações mantidas com os ausentes como a partir dos retornos dos migrantes a seus locais de origem. Desta maneira, certos aspectos da reprodução da família ultrapassam os limites dados pelo fato de compartilhar um território (seja a casa, seja a parcela ou o "ejido") para se situar num espaço de interação mais amplo que pode, inclusive, ultrapassar as fronteiras nacionais. Com efeito, o caso específico das migrações de camponeses para os Estados Unidos, representa um dos exemplos mais extremos das redes de relações familiares construídas na ausência da co-territorialidade.

³⁵ Existem exemplos que, ao ressaltar a existência de relações normatizadas por ações de natureza diversa, insistem no fato de que podem ser variadas. Lomnitz (1975) enfatiza as relações de colaboração que dão vida às redes de vizinhança implicando, às vezes, em relações de compadrio. Por sua vez, na produção do adobe, mesmo quando predominam laços de parentesco entre os trabalhadores - especialmente entre irmãos e pais/filhos - não significa a existência de redes de ajuda mútua e solidariedade. De fato, observam-se ações criadas especialmente pelo elemento de competência. Assim, para evitar conflitos entre familiares - por sua vez produtores - preferem manter-se distantes de seus parentes, rompendo redes (Ramirez, 1990).

³⁶ O uso deste termo é mais simplificado que o dado por Garcia Canclini (1990).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Michael (comp.).
1980 *Sociologia de la familia*. México: FCE. (Lecturas n.32).
- APENDINI, Kirsten, PEPIN, Marielle, RENDÓN, Teresa, et al.
1982 *El campesinato en México: dos perspectivas de análisis*. México: El Colegio de México.
- ARCHETTI, Eduardo, STOLEN, Kristi.
1978 Economía doméstica estrategia de herencia y acumulación. *América Indígena*, México, v.38, n.2. ARCHETTI, Eduardo.
- 1983 Rural families and demographic behaviour: some Latin American analogies. In: CIDEUR, perspectivas y alternativas de la agricultura familiar. Montevideo: (mimeog).
- ARIZPE, Lourdes.
1980 Migración por relevos y la reproducción social del campesinato. *Cuader-nos del CES*, México, n.28.
- 1989 *Cultura y desarrollo. Una etnografía de las creencias de una comunidad mexicana*. México: El Colegio de México.
- ARIZPE, Lourdes, ARANDA, Josefina.
1981 *Empleo agroindustrial y participación de la mujer en el desarrollo rural: un estudio de las obreras del cultivo de exportación de la fresa en Zamora*. México: [s.n.]. (mimeog)
- BARTHEZ, Alice.
1982 *Famille, travail et agriculture*. Paris: Economica.
- BARTRA, Armando, LANZ, Miguel, MOGUEL, Julio, PAZ, Lorena.
1977 *La exploración del campesinato en el capitalismo*. México.
- BLANCO, Mercedes.
1989 La medición del tiempo en el trabajo domestico. In: SALLES, Vânia, McPHAIL, Elsie (comps). *La investigación sobre la mujer*. México: PIEM/El Colegio de México (Serie Documentos de Investigación, n.1). BOEGE, Eckart.
- 1979 Mujeres, comunidad campesina y estado. *Cuadernos Agrarios*, México, v.4, n.9.
- BONFIL, Guillermo. (1987)
1990 *México profundo, una civilización negada*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Grijalbo.
- BORSOTTI, Carlos.
1984 Comentarios de Carlos Borsotti. In: UNAM/PISPAL/COLMEX. *Memorias del Congreso Latinoamericano de Población e Desarrollo*. México, v.2. BOTTON, Beja Flora, CORNEJO BUSTAMANTE, Romer.
- 1990 Cambio y tradición en la familia China contemporanea. *Revista Universi-dad de México*. México, v.14, n.474. BOURDIEU, Pierre.
1979 *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions du Minuit.
- 1990 La domination masculine. *Actes de la Recherche*, Paris, n.84.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude.
1981 *La reproducción*. Barcelona: Laya.
- BRONFMAN, Mario, TUIRÁN, Rodolfo, LÓPEZ, Elza.
1984 Practicas anticonceptivas y clases sociales en México. *Estudios Demográficos y Urbanos*, México, v.1, n.2. BRONFMAN, Mario.
- 1990 Características de las familias con diferentes experiencias de mortalidad. In: TEIXEIRA, Jussara, CABRERA, Sergio (coords). *Las nuevas y las viejas formas de reproducción de la familia mexicana*. México: UNAM (Cuadernos de la DEP).

- BUSTAMANTE, Jorge.
1990 Comentario preparado para el PRIMER SEMINARIO SOBRE CULTURA NACIONAL IDENTIDAD CULTURAL Y MODERNIZACIÓN, Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 7/8 maio.
- CORDOVA, Alejandro.
1991 *Psicoanálisis y crítica cultural* Veracruz: Universidade de Jalapa.
- CORTES, Fernando, CUÉLLAR, Oscar.
1987 *Una discusión teórica del concepto de campesino: de los individuos a las relaciones*. México: FLACSO/EI Colegio de México. DELGUEIL, Marie-Claire.
1989 *Lo femenino en un recorrido psicoanalítico*. In: OLIVEIRA, Orlandina (comp.) *Trabajo, poder y sexualidad*, México: El Colegio de México. FRIEDAN, Betty.
1974 *La mística de la feminidad*. Madrid: Biblioteca Jucar.
- GARCÍA, Brígida, MUÑOZ, Humberto, OLIVEIRA, Orlandina de.
1982 *Hogares y trabajadores en la ciudad de México*. México, El Colegio de México.
- GARCIA CANCLINI, Néstor.
1990 *Escenas sin territorio: cultura de los migrantes e identidad en transición*. In: SEMINARIO CULTURA NACIONAL, IDENTIDAD CULTURAL Y MODERNIZACIÓN. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte. GERMANI, Gino.
1985 *Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna*. In: CLACSO. *Los límites de la democracia*. Buenos Aires:
- GIDDENS, Anthony.
1989 *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GINER DE LOS RIOS, Francisco.
1986 *Very small enterprises in México: stagnation, disappearance and growth*. Sussex: Tese (Doutorado).
- GONZALEZ, Juliana.
1986 *El malestar en la moral. Freud y la crisis de la ética*. México: Joaquim Mortiz.
- GONZALEZ MONTES, Soledad.
1987 *La dinámica doméstica y los cambios ocupacionales en una comunidad campesina. Xalatlaco*. México: Tese (mestrado) Universidade Iberoamericana.
- GONZALEZ DE LA ROCHA, Mercedes.
1986 *De por qué las mujeres aguantan golpes y cuernos: un análisis de hogares sin varón en Guadalajara*. In: SEMINARIO DE PRODUCCION Y REPRODUCCION EN EL OCCIDENTE DE MEXICO. México: [s.n.].
- GOODE, William.
1963 *Family disorganization*. In: MERTON Y NISBET (comps) *Contemporary social problems*. Londres: Rupert Hart Davis. GOODY, Jack.
1981 *Production and reproduction. A comparative study of domestic domination*. Cambridge: Cambridge University. GUGERLI, David.
1990 *La imagen de la familia burguesa en el cambio social: el caso de Suiza*. México: El Colegio de México.
- HORKHEIMER, Max. (1968) 1977 *La familia y el autoritarismo*. In: FROMM et al. *La familia*. Barcelona: Península.
- 1980 *Teoría crítica*. Buenos Aires: Amorrortu Ed.
- KELLERHALS, Jean, ROUSSEL, Louis.
1987 *Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances de la recherche 1965-1985*. *L'Année Sociologique*. París, n.37.
- LACAN, Jacques. (1938)
1984 *Les complexes familiaux*. Dijon: Navarin Ed.
- LAMAS, Martha.
1986 *La antropología feminista e la categoría género*. *Nueva Antropología*. México, n.30.

- LE BRAS, Hervé.
1988 Structures de la famille dans la France actuelle. In: BONUALET, C, MERLIN, P. (comps) *Actes du colloque transformation de la famille et de l'habitat* París: Presses Universitaires de France. LEÑERO, Luis.
1976 *La familia*. México: ANUIES.
- LEON, Magdalena, DEERE, Diana.
1987 Hacia una síntesis de la década. In: _____ (comps) *La mujer y la política agraria en América Latina*. México: Siglo XXI.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1958)
1963 *Structural anthropology*. New York: Basic Books.
- LINTON, Ralph.
1978 La historia natural de la familia. In: FROMM et al. *La familia*. Barcelona: Península.
- 1980 La familia en la sociedad urbana-industrial de los Estados Unidos. In: ANDERSON, Michael. *Sociología de la familia*. México: FCE. (Lecturas n.32) LIRA, Andrés.
- 1983 *Comunidades indígenas frente a la ciudad de México*. México: El Colegio de México/ El Colegio de Michoacán. LITWAK, E., SZELENYI, I.
1980 El parentesco y otros grupos primarios. In: ANDERSON, Michael. *Sociología de la familia*. México: FCE (Lecturas n.32).
- LOMNITZ, Claudio.
1987 *Cultural relations in regional spaces: an exploration in theory and method for the study of mexican national culture*. Stanford: Tese (Doutorado) Departamento de Antropología da Stanford University.
- LOMNITZ, Larissa.
1975 *Como sobreviven los marginados*. México: Siglo XXI.
- MARTÍNEZ, Carolina.
1990 *Condiciones sociodemográficas como elementos de riesgo para la salud en un contexto agrícola mexicano*. México: Tese (Doutorado) CEDDU - El Colegio de México. MARX, C. ENGELS, F. (1860)
1970 *Manifiesto del Partido Comunista*. Moscou: Progresso, 1970.
- MENENDEZ, Eduardo.
1981 *Poder, estratificación y salud* México: Ed. de la Casa Chata.
- MERTON, Robert.
1978 Estructura social y anomia: revisión y ampliación. In: FROMM et al. *La familia*. Barcelona: Península. NOLASCO, Margarita.
1990 Hogar y familia en México. In: TEIXEIRA, Jussara, CABRERA, Sergio (coords). *Las nuevas y las viejas formas de reproducción de la familia mexicana*. México: UNAM. (Cuadernos de la DEP). NOVELO, Victoria.
1976 *Artesanías y capitalismo en México*. México: SEP-INAM.
- OJEDA DE LA PEÑA, Norma.
1989 *El curso de vida familiar de las mujeres mexicanas*. México: UNAM.
- 1990 Hogares transfronterizos. In: REUNIÓN NACIONAL DE INVESTIGACIÓN DEMOGRÁFICA EN MEXICO, 4, 1990, México. OLIVARRIA, Alicia, ISUNZA, Andrés.
1990 Vivenda como sede de la preservación del núcleo familiar. In: TEIXEIRA, Jussara, CABRERA, Sergio (coords) *Las nuevas y las viejas formas de reproducción de la familia mexicana*. México: UNAM. (Cuadernos de la DEP).

- OLIVEIRA, Orlandina.
 1989 Introducción. In _____ . (comp). *Trabajo poder y sexualidad* México: El Colegio de México. OLIVEIRA, Orlandina, SALLES, Vania.
- 1987 Estructura y acción: notas de investigación. In: TALLER SOBRE TRANSFORMACIONES DE LA ESTRUCTURA SOCIAL LATINOAMERICANA. Buenos Aires: CLACSO.
- 1988 La reproducción de la fuerza de trabajo: reflexiones teóricas. *Argumentos*, México, n.4. PARE, Luisa.
 1978 *El proletariado agrícola en México*. México: Siglo XXI.
- PARSONS, Talcott.
 1978 La estructura social de la familia. In: FROMM et al. *La familia*. Barcelona: Península.
- 1980 La familia en la sociedad urbano-industrial de los Estados Unidos. In: ANDERSON, Michael. *Sociología de la familia*: México, FCE (Lecturas n.32).
 PEPIN LEHALLEUR, Marielle, SALLES, Vania.
 1978 Reflexiones en torno de la situación de la mujer campesina. *América Indígena*. México, v.37, n.2. PEPIN LEHALLEUR, Marielle.
 1980 Los campesinos y la comunidad. *Nueva Antropología*, [s.l.], v.4, n.13/14. PEPIN LEHALLEUR, Marielle, RENDÓN, Teresa.
 1983 Las unidades domésticas campesinas y sus estrategias de sobrevivencia. In: EL CAMPESINADO en México: dos perspectivas de análisis. México: El Colegio de México. PITROU, Agnés.
 1980 Travail féminin et institution familiale: bilan des approches récents en France. In: COLLOQUE DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE, 1980, Nantes. PRZEWORSKI, Adam.
 1982 Teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre el trabajo de la comisión de población y desarrollo de CLACSO. In: REFLEXIONES TEÓRICAS METODOLÓGICAS SOBRE LAS INVESTIGACIONES EN POBLACIÓN. México: El Colegio de México. QUESNEL, André, LERNER, Susana.
 1989 El espacio familiar en la reproducción social: grupos domésticos residenciales y grupos de interacción. In: OLIVEIRA, Orlandina, PEPIN LEHALLEUR, Marielle, SALLES, Vania (comps) *Grupos domésticos y reproducción cotidiana* México: El Colegio México. QUILODRAN, Julieta.
 1989 Algunas implicaciones demográficas y sociales de la dinámica de uniones. In: OLIVEIRA, Orlandina et al (comps) *Grupos domésticos y reproducción cotidiana*. México: El Colegio de México.
- RAMIREZ, Luis Alfonso.
 1990 *Aristocratas, buhoneros y empresarios. La formación y el desarrollo reciente de la burguesía en Yucatán: un estudio sobre elite regional*. México: COLMEX-PIEM.
- RAMIREZ SOLORZANO, Martha.
 1990 *Conformación, condiciones de vida y tendencia de una colonia popular productora de ladrillo en la cd de México. El caso de Mesa y los hornos en la delegación Tlalpan (1965-1990)*. México: Tesis (Licenciatura em Sociología) Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 1990. ROBICHAUX, David.
 1985 *La familia "troncal" las reglas de residencia y la ultimogenitura en una comunidad de trabajo natural de Tlaxcala*. Querétaro: [s.n.],(mimeo)

- ROLDAN, Martha.
s.d. *Subordinación genérica y proletarización rural: un estudio de caso en el Noroeste mexicano*. México: OIT. RUBIN, Gayle.
- 1986 El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. *Nueva Antropología*, México: n.30. SALLES, Vania.
- 1984 Una discusión sobre las condiciones de la reproducción campesina. *Estudios Sociológicos*, México; n.4.
- 1988 Mujer y grupo doméstico campesino. In: ARANDA, Josefina (comp). *Las mujeres del campo*. Oaxaca: Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca.
- 1990 Modernidad/posmodernidad: un contexto para pensar algunas cuestiones planteadas por Marshall Berman. *Estudios Sociológicos*, México: v.7, n.23, mayo-oto.
- SALLES, Vania, SMITH, Marcia.
1987 La reproducción según Bourdieu y Passeron: sus conceptos. *Perfiles Educativos*, México: n.36. SEGÁLEN, Martine.
- 1981 *Sociologie de la famule*. Paris: Armand Colin ed.
STAPLES, Anne.
1986 Secularización: estado e iglesia en tiempos de Gómez Farfás. *Estudios de historia moderna y contemporánea de México*, México: n.10. STAVENHAGEN, Rodolfo.
1969 *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo XXI.
- SUSSMAN, B. BURCHINAL, G.
1980 La red familiar del parentesco en la sociedad urbana-industrial de los Estados Unidos. In: ANDERSON, Michael. *Sociología de la familia*. México: FCE. (Lecturas n.32).
- SZASS, Ivonne.
1990 *Migración temporal y permanencia de población rural. El caso de Malinalco*. México: CEDDU - El Colegio de México. Tese. (Doctorado). TEPICHT, Jerzy.
1973 *Marxisme et agriculture, le paysan polonais*. Paris: Armand Colin.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1835).
1957 *La democracia en América*. México: FCE.
- TORRES, Mário.
1985 *Familia, trabajo e reproducción social*. México: PISPAL/El Colegio de México.
- VALENZUELA, José Manuel.
1988 *A la brava ése! cholos, punks e chavos banda*. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte. VERDUZCO, Gustavo, GALLO, María, CALLEJA, Margarita.
1981 *Desarrollo y urbanización en el Bajío zamorano*. México: El Colegio de Michoacán. (mimeo)
- WARMAN, Arturo.
1972 *Los campesinos, hijos predilectos del regimen*. México: Nuestro Tiempo.
- WEBER, Max. (1922)
1964 *Economía y sociedad*. México: FCE. (1906)
- 1968 Capitalism and Rural Society in Germany. In: GERTH, MILLS (comps). *From Max Weber. Essays in Sociology*. New York: Galaxy Book. WOLF, Eric.
1973 Aspectos específicos del sistema de plantaciones en el Nuevo Mundo: comunidad, subculturas y clases sociales. In: ESTUDIOS sobre el campesinado latinoamericano. La perspectiva de la antropología social. Buenos Aires: Ed. Periferia.
- YANAGISAKO, Sylvia.
1979 Family and household: the analysis of domestic group. *Annual Review of Anthropology*. [s.l.], v.8.

Traduzido por María del Carmen Lopes Prata e revisto por Anete Brito Leal Ivo.